

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

### **REQUERIMENTO Nº DE 2013** (Do Sr. Pastor Eurico)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a ação da Polícia Federal na área indígena Munduruku.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 117 e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a ação da Polícia federal na área indígena Munduruku.**

### **JUSTIFICAÇÃO**

Em novembro de 2012 a Polícia Federal deflagrou a operação Eldorado, com objetivo de combater uma rede de exploração de garimpos ilegais de ouro na Região Norte do Brasil.

Em ação datada de 07 de novembro de 2013, com ordem judicial, que determinava a destruição de balsas usadas para extração de ouro no Rio Teles Pires, no Estado do Mato Grosso, agentes da polícia federal - entraram atirando na aldeia dos índios mundurukus.

A ação teve forte repressão, pois estavam com helicóptero e armamento pesado. Seis índios ficaram gravemente feridos e o jovem

indígena Adenilson Munduruku foi morto, sendo o corpo encontrado no dia posterior às margens do rio.

As imagens da ação policial que foram feitas pelos indígenas e amplamente divulgada nas redes sociais deixam dúvidas sobre o que de fato ocorreu. Os índios mundurukus acusam a polícia de massacre; a Polícia Federal, por outro lado, se defende alegando que houve um conflito e que os agentes federais foram recebidos à bala pelos indígenas.

Após aquela ação da Polícia Federal um clima de tensão foi gerado em toda região, causando preocupação nas autoridades locais.

Ainda sem as devidas respostas que o índios e sociedade almejam sobre os fatos ocorridos na Operação Eldorado, uma outra operação policial do governo já está marcada para região. Fato que já foi confirmado pela FUNAI e pela própria Polícia Federal. Trata-se da Operação Tapajós que tem como objetivo garantir os estudos de impacto de implantação da usina hidrelétrica São Luis do Tapajós.

O Ministério Público Federal já pediu à Justiça Federal em Santarém que impeça a realização da operação nas proximidades da Terra Indígena Munduruku, onde está planejada a implantação da mencionada usina hidrelétrica.

Segundo o site do MPF do Pará o contingente armado que se dirigiu para a região na data de 25 de março seria de 60 agentes da PF, Polícia Rodoviária Federal e Força Aérea Brasileira, para garantir a realização dos estudos de impacto da usina hidrelétrica São Luiz Tapajós.

Para o Ministério Público Federal a Operação Tapajós, não pode ocorrer porque o licenciamento ambiental da usina está suspenso pela mesma Justiça, em razão da falta de consultas prévias aos índios.

A maior preocupação do MPF é com o clima de conflito na região, pois segundo documento enviado pelos Procuradores da República à Justiça há perigo de dano irreparável com a realização da operação, seja porque impera na região muita desinformação (até mesmo pela ausência da

consulta prévia), seja porque a referida operação apresenta um potencial lesivo desproporcional.

Segundo confirmação no site do MPF os Procuradores da República no Pará temem, com a operação, a repetição de lamentáveis incidentes históricos como o ocorrido na Operação Eldorado.

Desta forma, entendemos a necessidade da realização, em caráter de urgência, de um debate nesta Comissão de Direitos Humanos e Minorias sobre a nova operação da Polícia Federal na áreas dos índios mundurukus, convidando como expositores:

1. Cacique **Munduruku Natanel Rodrigues Parente**;
2. Presidente da FUNAI Sra. **Marta Azevedo**;
3. Diretor do Departamento da Polícia Federal **Dr. Leandro Coimbra**;
4. Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA **Dr. Luciano Evaristo**; e
5. Procurador da República Dr. **Felipe Almeida Bocado Leite**.

Sala das Comissões, de abril de 2013

Deputado PASTOR EURICO